



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DOE | DIÁRIO OFICIAL  
ELETRÔNICO**



Data de disponibilização: 6 de março de 2025

Edição nº 1322

|  |   |  |
|--|---|--|
| <b>LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO</b><br>PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA                  |   |  |
| <b>WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA</b><br>Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional | <b>SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ</b><br>Subprocurador-Geral Judicial | <b>VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY</b><br>Subprocurador-Geral Recursal |
| <b>EDUARDO TAVARES MENDES</b><br>Corregedor-Geral do Ministério Público                | <b>MAURÍCIO ANDRÉ BARROS PITTA</b><br>Ouvidor do Ministério Público |  |

|  |  |   |
|--|--|---|
| <b>COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA</b><br>Lean Antônio Ferreira de Araújo<br><b>Presidente</b>  |  |   |
| Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá<br>Dennis Lima Calheiros<br>Marcos Barros Méro<br>Maurício André Barros Pitta<br>Helder de Arthur Jucá Filho<br>Neide Maria Camelo da Silva | Walber José Valente de Lima<br>Vicente Felix Correia<br>Valter José de Omena Acioly<br>Isaac Sandes Dias<br>Maria Marluce Caldas Bezerra<br>Luiz José Gomes Vasconcelos<br>Sandra Malta Prata Lima | Lean Antônio Ferreira de Araújo<br>Eduardo Tavares Mendes<br>Denise Guimarães de Oliveira<br>Sérgio Amaral Scala<br>Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos<br>Silvana de Almeida Abreu |

|  |   |   |
|--|---|---|
| <b>CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b><br>Lean Antônio Ferreira de Araújo<br><b>Presidente</b> |   |   |
| Eduardo Tavares Mendes<br>Valter José de Omena Acioly  | Lean Antônio Ferreira de Araújo<br>Maurício André Barros Pitta<br>Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos | Marcos Barros Méro<br>Isaac Sandes Dias |

## Procuradoria-Geral de Justiça

### Atos

ATO PGJ Nº 11/2025

Dispõe sobre a criação e o funcionamento do Coral do Ministério Público do Estado de Alagoas denominado “ Cantus Legis” e dá outras providências.

A PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, I, da Lei Complementar nº 15 de 22 de novembro de 1996;

CONSIDERANDO a que a criação do Coral é importante para o incentivo das ações voltadas à valorização das pessoas e à melhoria contínua do ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO o desenvolvimento das potencialidades artísticas, culturais e pessoais de seus componentes e o caráter integrador e socializador do Coral, que constitui expressiva manifestação cultural no campo da música e contribui para a sociabilidade e a integração do quadro funcional, refletindo positivamente no ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO a importância do Coral na valorização dos eventos solenes e comemorativos da Instituição,

RESOLVE:

### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Coral do Ministério Público do Estado de Alagoas, denominado “ Cantus Legis”, tem como objetivo promover a integração entre procuradores de justiça, promotores de justiça e servidores ativos e inativos, a sensibilização e a valorização



pessoal dos participantes, bem como o estímulo à qualidade de vida e melhoria no ambiente de trabalho, por meio de manifestações musicais e de canto, relacionadas ao autocuidado e à saúde mental.

Art. 2º O Coral “Cantus Legis” tem como objetivos específicos:

I - valorizar os seus integrantes, estimulando o desenvolvimento de habilidades e a qualidade das atividades que desenvolvem na Instituição;

II - integrar a política de qualidade de vida no ambiente de trabalho;

III - representar a instituição em eventos internos e externos;

IV- aperfeiçoar a política de gestão de pessoas.

## CAPÍTULO II

### DA COMPOSIÇÃO E DO INGRESSO

Art. 3º O Coral “Cantus Legis” poderá ser integrado por membros e servidores, ativos e inativos, dentre vozes femininas e masculinas.

§1º O ingresso no Coral será realizado mediante avaliação das qualidades vocais do interessado, sob a responsabilidade do regente, que decidirá sobre o enquadramento em um dos naipes vocais.

§2º Excepcionalmente, o Coral poderá contar com a participação de convidados com reconhecido talento.

§3º A regência do grupo ficará a cargo de profissional habilitado.

Art. 4º Deverão ser abertas inscrições para as avaliações vocais sempre que existirem vagas para a composição do grupo, direcionando-se, preferencialmente, para o naipe que não tiver com o número ideal de componentes.

## CAPÍTULO III

### DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º O Coral “Cantus Legis” desenvolverá suas atividades nas dependências do Ministério Público do Estado de Alagoas, salvo na ocorrência de fato superveniente, em dias úteis, sem prejuízo da carga horária de trabalho, preferencialmente às quintas-feiras no horário de 8h às 10h.

§1º Os ensaios e as apresentações do Coral obedecerão à programação previamente estabelecida.

§2º Os componentes do Coral, mediante credenciamento, terão livre acesso às instalações do Ministério Público do Estado de Alagoas para participar das atividades programadas.

Art. 6º Cada integrante do Coral “Cantus Legis” deverá obter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência mensal nos ensaios.

§1º Será concedido 01 (um) dia de folga, como incentivo ao coralista que participar de apresentação do Coral “Cantus Legis” externamente, podendo haver acumulação de folgas para fruição no período de 12 (doze) meses, mediante requerimento do interessado, com a anuência da chefia imediata.

§2º A falta injustificada do coralista às apresentações, será causa impeditiva à concessão do benefício previsto no §1º deste artigo.

§3º A ausência às atividades do Coral deverá ser precedida de justificativa com antecedência de 24h.

Art. 7º O coralista que tiver interesse em desligar-se do Coral deverá manifestar-se por escrito.

Art. 8º As solicitações de apresentação do Coral “Cantus Legis” em eventos internos ou externos deverão ser agendadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e encaminhadas ao Procurador-Geral de Justiça, que decidirá após manifestação



da Direção do Coral.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º Compete à Procuradoria-Geral de Justiça:

I - manter e difundir a atividade do Coral dentro da Instituição, como uma das ações voltadas à promoção da qualidade de vida no trabalho;

II - garantir a participação efetiva dos coralistas, dispensando-os do expediente de trabalho nos horários em que tenham de participar de apresentações.

Art. 10. A Direção do Coral terá a seguinte composição:

I – Diretor, Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional , ou outro membro designado pelo Procurador-Geral de Justiça

II - Coordenador, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, dentre um dos membros coralistas;

III - Regente, com apoio de 01 (um) músico, e de 1 (um) preparador vocal quando necessário;

Art. 11. Compete à Direção do Coral:

I - decidir sobre as datas, horários e locais em que serão realizadas as apresentações do Coral;

II - incentivar, auxiliar e supervisionar o desenvolvimento do Coral.

III - viabilizar a participação do Coral em eventos institucionais internos e externos;

IV - promover a articulação com outras instituições visando à realização de intercâmbios relevantes à promoção e divulgação das atividades do Coral;

§1º São atribuições do Coordenador do Coral:

I - coordenar as atividades do Coral do Ministério Público do Estado de Alagoas promovendo as medidas necessárias à sua atuação;

II - promover a inscrição dos interessados em integrar o Coral;

III - promover, supervisionar e executar as atividades administrativas do Coral;

§2º São atribuições do Regente:

I - reger o Coral, observando as normas técnicas em vigor, em suas apresentações internas e externas, observando o calendário previamente estabelecido pela Direção;

II - selecionar os componentes do Coral;

III - realizar os ensaios com o grupo, escolhendo e trabalhando repertório de música compatível com as apresentações;



IV – comunicar ao Coordenador do Coral, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a impossibilidade de realização do ensaio, e proceder a reposição posteriormente.

Art. 12. São atribuições dos componentes do Coral “ Cantus Legis”:

I - participar, de forma ativa, dos ensaios e apresentações do Coral;

II - representar com dignidade a Instituição nas apresentações do Coral, trajando o uniforme previamente definido;

III - estudar o repertório a ser executado de forma a assegurar a qualidade aceitável nos ensaios e apresentações;

IV - frequentar os ensaios e as apresentações do Coral, observando a disciplina estabelecida;

V - firmar termo de compromisso com o Coral “ Cantus Legis”, que deverá ser entregue ao Coordenador do Coral;

VI - participar, assídua e pontualmente aos ensaios, salvo quando as ausências forem autorizadas pelo regente ou devidamente justificadas, bem como no caso de apresentações;

VII - zelar por todo o material disponibilizado, devolvendo-o após as apresentações e na hipótese de desligamento;

VIII - indenizar o dano ou extravio injustificado do material que estiver sob sua guarda.

## CAPÍTULO V

### DOS DIREITOS DO CORALISTA

Art. 13. As atividades desenvolvidas pelo Coral são consideradas relevantes ficando seus integrantes dispensados do expediente nos horários em que tenham de participar de apresentações,.

Parágrafo Único. Os integrantes do Coral não fazem jus a adicional remuneratório em razão dessa atividade.

Art. 14. É assegurado aos integrantes do Coral:

I - ausentar-se do local de trabalho para participar de apresentações, mediante autorização da chefia imediata;

II - receber o material necessário ao desenvolvimento das atividades do Coral, bem como o transporte para viabilizar as apresentações externas;

III - participar dos cursos de aperfeiçoamento técnico.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 16. Caberá à Procuradoria-Geral de Justiça adotar as providências orçamentárias e financeiras necessárias ao custeio das despesas decorrentes da criação e da execução das atividades do Coral.

Art. 17. O presente Ato entra em vigor na data de sua publicação.